

APRESENTAÇÃO	5
REFORMA ILUSTRADA E PROJETO LIBERAL: O ENSINO DO DIREITO NA MONARQUIA HISPÂNICA	
Manuel Martínez Neira.....	7
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FUNDAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSECUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	
Vanessa Volpi Bellegard Palacios	21
DESLOCADOS AMBIENTAIS NO SÉCULO XXI: A CARGA CRESCENTE SOBRE OS ESTADOS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO GLOBAL	
Alessandra Monteiro Machado	35
ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28/2023	
Robson Soares de Souza	48
RESERVA DE SOLO PARA MORADIA E MISTURA SOCIAL	
Osvaldo José Gonçalves de Mesquita Filho e Daniel Gaio.....	63
O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU. REFLEXÕES SOBRE O CONTRIBUINTE DO IMPOSTO NOS CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL E O TEMA 1158 DO STJ	
Tatiane Mattos França Bohmer	80
MEDIAÇÃO TRIBUTÁRIA: COMPOSIÇÃO EM ÂMBITO DA RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
Rosa Corrêa	90

APRESENTAÇÃO

A Revista da ESDM chega à sua 22^a edição reafirmando o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento científico no campo do Direito, especialmente no âmbito do Direito Público Municipal. Desde 2015, chegamos ao fim de 10 anos publicando semestralmente conteúdos acadêmicos de qualidade, acessíveis gratuitamente ao público, estimulando o debate jurídico e promovendo o fortalecimento da pesquisa científica nacional e internacional.

Inicialmente com classificação B3 pela CAPES, a Revista da ESDM segue empenhada em ampliar seu impacto e sua qualidade editorial, já preparada para as atualizações do sistema de avaliação da CAPES. A cada nova edição, buscamos expandir o alcance e o rigor da produção acadêmica, fortalecendo a interlocução entre teoria e prática, entre Direito e sociedade.

Nesta edição, reunimos sete artigos que abordam temáticas atuais, diversas e de grande relevância para o campo jurídico e para a gestão pública. Contamos com a contribuição de autores do Brasil e do exterior, com diferentes formações e experiências, o que enriquece significativamente o conteúdo desta edição.

Abrimos com o artigo “Reforma Ilustrada e Projeto Liberal: o Ensino do Direito na Monarquia Hispânica”, de Manuel Martínez Neira, com tradução de Denis Guilherme Rolla e revisão de Alfredo de J. Flores. O texto propõe uma leitura crítica do ensino do Direito entre os séculos XVI e XIX, afastando-se de interpretações lineares que o compreendem apenas como uma sucessão de doutrinas destinadas a legitimar a ordem liberal. A partir da análise da obra de Hotman, da experiência da monarquia administrativa e da rejeição ao direito oficial formulada pela Escola espanhola do direito consuetudinário, o autor examina esses momentos históricos como realidades substantivas, e não como meros prenúncios do presente.

No segundo artigo, “O Desenvolvimento Sustentável como Fundamento das Políticas Públicas na Consecução dos Direitos Sociais”, de Vanessa Volpi Bellegard Palacios, analisa o Projeto de Gestão de Risco Climático do Bairro Novo do Caximba, desenvolvido e executado pelo Município de Curitiba, com financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento. O estudo demonstra como a iniciativa se estrutura como uma política pública voltada ao desenvolvimento sustentável e à concretização dos direitos sociais fundamentais, assentada em trabalho técnico multidisciplinar, transversal e com participação ativa da população diretamente impactada.

O terceiro artigo, “Deslocados Ambientais no Século XXI: a Carga Crescente sobre os Estados e as Novas Perspectivas de Proteção Global”, de Alessandra Monteiro Machado, examina a ampliação dos deslocamentos humanos induzidos por fatores ambientais e climáticos, problematizando os limites dos marcos jurídicos tradicionais. A autora sustenta a necessidade de arranjos de governança policêntrica e multinível, capazes de distribuir responsabilidades entre diferentes atores institucionais e sociais, como condição para a proteção efetiva dos direitos das populações afetadas.

Na sequência, Robson Soares de Souza, no artigo “Advocacia Pública Municipal na Proposta de Emenda Constitucional nº 28/2023”, analisa a inserção dos Procuradores Municipais no artigo 132 da Constituição Federal. O texto enfrenta de modo crítico as controvérsias relacionadas aos municípios com menos de 60 mil habitantes e defende que a proposta não exclui esses entes, mas institucionaliza a carreira de forma ampla, assegurando simetria orgânica entre os entes federativos.

O quinto artigo, “Reserva de Solo para Moradia e Mistura Social”, de Osvaldo José Gonçalves de Mesquita Filho e Daniel Gaio, investiga a reserva de solo como instrumento jurídico-urbanístico destinado à efetivação do direito à moradia adequada e à promoção da mistura social. A partir da experiência espanhola e do método da comparação funcional, os autores demonstram como esse mecanismo contribui para a redução da segregação socioespacial e para a concretização da função social da propriedade.

No campo do Direito Tributário Municipal, Tatiane Mattos França Bohmer apresenta o artigo “O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Reflexões sobre o Contribuinte do Imposto nos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóvel e o Tema 1158 do STJ”. O estudo analisa o debate judicial acerca da responsabilidade do credor fiduciário pelo pagamento do IPTU, examinando a hipótese de incidência tributária à luz da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e da legislação civil pertinente.

Fechando esta edição, Rosa Corrêa discute a utilização de meios consensuais no âmbito da tributação municipal no artigo “Mediação Tributária: Composição em Âmbito da Receita Tributária Municipal”. O texto aborda a aplicação do instituto da mediação à esfera tributária, com destaque para a experiência pioneira do Município de Porto Alegre, analisando sua efetividade à luz de dados empíricos e do panorama nacional da judicialização fiscal.

Com esta nova edição, reafirmamos nosso propósito de fomentar o pensamento crítico, contribuir para o aprimoramento das instituições públicas e valorizar o papel do conhecimento científico na construção de soluções para os desafios enfrentados pelos municípios brasileiros.

A *Revista da ESDM* permanece indexada em importantes bases de dados, como LATINDEX, RVB (Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional), Google Scholar e Manguim, e segue empenhada em ampliar sua inserção e visibilidade nos meios acadêmicos.

Agradecemos aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela dedicação e compromisso na avaliação dos textos. Sua contribuição é essencial para a qualidade desta publicação.

Aos leitores, desejamos uma leitura proveitosa e instigante, certos de que os temas abordados nesta edição serão de grande relevância para a pesquisa, a prática jurídica e a formulação de políticas públicas.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira

Diretora Editorial da Revista da ESDM